

A ética existencialista de Luís de Araújo: da heteronomia à autonomia moral

Prof. Dr. Samuel Dimas
(Universidade Católica Portuguesa - Lisboa - Portugal)
samueldimas@meo.pt

Resumo: O ser humano procura inteligibilidade e sentido para o absurdo do mal. A ética significa uma reflexão sobre a ação humana para construir projetos vitais de autenticidade e coerência entre pensar, conhecer e agir, com o objetivo do bem comum e da felicidade. O autor propõe uma ética do bem e não do dever, fundada na autonomia da razão pessoal e histórica e não na razão formal abstrata. Uma ética fundada na autonomia da vontade e da intersubjetividade, e não na heteronomia de instâncias exteriores à consciência livre e responsável.

Palavras Chave: Ética; Felicidade; Autonomia moral; Heteronomia moral; Valores.

1. Considerações iniciais - A interrelação entre a filosofia e a ciência como pressuposto metodológico de uma reflexão ética de sentido para a finitude e absurdo da existência

A reflexão ética de Luís de Araújo parte da interrogação existencial acerca do Sentido. Radica nas questões antropológicas que estão na gênese de todo percurso filosófico, que são o *porquê* e o *para quê* da existência do mundo e dos seres.

Face à inevitabilidade do pensar e à necessidade da atividade cognitiva, o pensamento do autor situa-se no contexto reflexivo de quem esboça explicações para o *enigma cósmico* e para o mistério ontológico-axiológico que envolve a vida do nascimento à morte. Apesar de reconhecer a impossibilidade de um entendimento claro, perfeito e total da realidade, concebe a filosofia e a ciência como os níveis mais elevados da investigação e socorre-se da primeira para acercar-se da verdade da vida humana, mesmo que apenas de forma parcial na limitação da sua condição finita.

Perspetivando a vida humana como *pensamento lançado na ação*, numa dinâmica correlação entre problemas gnosiológicos e questões axiológicas, Luís de Araújo concebe o confronto entre a consciência e o mundo no âmbito de uma complementar atividade entre pensar, conhecer e agir. A estrutura da vida humana constitui-se na relação dialógica com as circunstâncias, construindo projetos vitais, cuja finalidade é a de atingir a experiência da plena Felicidade¹.

A prossecução deste objetivo conduz à procura de verdades para a vida, que evitem que esta permaneça num caos de dúvida e insegurança. Só através de uma reflexão acerca do agir humano, que dê linhas de rumo para a ação e sentido para a existência, se poderão tecer os projetos vitais de coerência para a autenticidade pessoal. A reflexão ética de Luís de Araújo tem como objetivo encontrar a autenticidade da existência, afoitando-se num esforço argumentativo que afronte a violência de um destino que, na espessura do trágico e do absurdo, tantas vezes nos arrasta para o

¹ Cf. Luís de Araújo, *Ética*, Lisboa, INCM, 2010, p.14.

pessimismo e o ceticismo².

O seu projeto começa por delinear uma antropologia situada para depois se centrar na análise da estrutura ética da vida humana que, através do confronto com a experiência axiológica, irá permitir salientar o sentido ético do conhecimento. O seu trabalho é concebido na aproximação a uma filosofia moral, cuja reflexão se reivindica de sabedoria prática e cujo objetivo maior é encontrar fundamentação racional para a ação humana, visando atingir o imperativo de Píndaro, no sentido de que cada um chegue a tornar-se aquilo que é³.

Partindo do pressuposto metodológico de um sistema aberto de conhecimento em que se dê a saudável inter-relação entre as ciências humanas e as ciências da natureza, para que a realidade física e a realidade social não se concebam separadas, Luís de Araújo procura evitar o saber parcial e reducionista das perspetivas monistas e, nesse sentido, poderemos situá-lo na linha de autores como Leonardo Coimbra, que, enquanto pensador da teoria integral do Ser, concebia a educação como a forma de o homem poder aspirar a uma unidade de vida interior progressiva em que observa e pensa, sente e reflete, ama e crê, delibera e contempla, ascendendo da moral humana à moral cósmica⁴.

Mas poderemos dizer que Luís de Araújo, à semelhança do pensador português e de outros autores como Marciano Vidal, recusa uma atitude de oposição entre autonomia e teonomia, razão e fé, delineando uma antropologia que concebe o ser humano como imagem de Deus e concebe a razão e a vontade humanas na ordem metafísica de uma teleologia divina? Ou, por outro lado, defende a posição, segundo a qual o ser humano tem de escolher se a moralidade deriva daquilo que cada um é, na liberdade da sua relação circunstancial e histórica com os outros, ou se a moralidade é símbolo do vínculo do homem a um Absoluto onnipotente e criador do mundo? O fundamento da ética reside na intersubjetividade das consciências, tendo por base um padrão racional e universal de moralidade, através de uma exigência de lucidez, verdade e coragem, como testemunho de autenticidade, ou reside na participação de uma realidade transcendente e absoluta, instância derradeira perante a qual cada um tem de responder pelos seus atos? Como salvaguardar a liberdade humana no pressuposto da existência e onnipotência de um Absoluto⁵?

Perante estas questões, a reflexão ética exige uma reflexão antropológica e filosófica, que configure o alcance das diferentes dimensões da experiência humana integral em que se constitui a escolha dos valores e o dever moral. Como afirma Leonardo Coimbra, a ciência, no sentido do desenvolvimento intelectual, dá os meios de ação à vontade amante, a arte materializa essa vontade

2 Cf. *ibidem*, p. 15.

3 Cf. *ibidem*, p.15.

4 Cf. Leonardo Coimbra, «Sobre a educação», in *Obras Completas*, vol. I, tomo I, Lisboa: INCM, 2004, p. 199. Porque como descreve Leonardo Coimbra, inspirado no pensamento de Leibniz, na individualidade da mônada religiosa atua todo o Universo na pluralidade das suas diferentes dimensões: «Cada indivíduo é, sob este ponto de vista, uma mônada. Nele atua todo o Universo e ele é um espelho original e inconfundível, onde o Universo se olha.» (*Ibidem*, p. 197.)

5 Cf. Luís de Araújo, *Ética*, p. 237-239.

na latitude e longitude dos mundos e o dever realiza-a na concretude da relação social⁶. O pensador criacionista recusa cousar ou reduzir a realidade a uma das suas dimensões ou experiências parcelares, de ordem material ou espiritual, científica ou estética, ética ou filosófica, e através de uma cúmplice relação entre a razão e a experiência, considera que a liberdade da personalidade moral é a suprema realidade⁷.

Mas será legítimo situar a ética existencialista de Luís de Araújo, assumidamente fundada na interdisciplinaridade das ciências humanas e naturais, na concepção de uma ontologia pluralista que se tece no âmbito de uma atividade pensante ou experiência síntese de fecunda relação entre razão poética e razão lógica, razão científica e razão espiritual, e que concebe a Consciência suprema divina como o agente moral responsável pelo ser e pelo devir do mundo? Não há dúvida que para os dois pensadores é a experiência moral que realiza a liberdade da harmonia e da comunicação, no sentido em que é pelo dever que a vontade amante promove a unificação coordenadora das tendências e desejos, na concretude da fraterna e justa relação social⁸, mas podemos dizer que Luís de Araújo irá partilhar a crítica que Leonardo Coimbra faz ao formalismo ético kantiano, defendendo que a vontade humana não tira os moldes da sua ação, de uma forma pura e abstrata, porque a razão é uma atividade dinâmica, viva e criadora que participa do dinamismo criador divino⁹?

2. Para uma ética da lei ou do espírito, relativa ou universal, heterônoma ou autônoma?

O ser humano é um ser de existência concreta, vivendo em constante adaptação e ativa reciprocidade, pelo que o dever é um propósito da nossa vontade, que resulta não só da escolha que a mesma fez de determinados valores espirituais, mas também resulta do contexto existencial em que esses valores vivem e se conservam¹⁰. Embora derive da liberdade e não tenha outro fim que não seja a sua ação boa, tal como defende Kant, a moral não se reduz a uma ciência de leis categoriais dadas pela vontade autônoma. A moral também não se reduz a uma ciência da utilidade, concebendo a felicidade no modo hedonista de prazer e bem-estar, tal como defende John Stuart Mill. E a moral não se reduz ainda à perspectiva heterônoma de um formulário casuístico, tal como se apresenta em determinados legalismos dogmáticos de cariz religioso¹¹.

Neste sentido, as suspeições de uma heteronomia ou de um conflito entre a «liberdade humana» e a «lei de Deus» são resolvidas pela própria moral da religião cristã, tal como se exemplifica na encíclica *Veritatis Splendor*, que se socorre da noção de *teonomia participada*, para

6 Cf. Leonardo Coimbra, *A Luta pela Imortalidade*, Porto, Renascença Portuguesa, 1918, in *Obras Completas*, v. III, Lisboa: INCM, 2006, p. 276 [60].

7 Cf. *idem*, *O Criacionismo: Esboço dum Sistema Filosófico*, Porto: Renascença Portuguesa, 1912, in *Obras Completas*, vol. I, tomo II, Lisboa: INCM, 2004, p. 312 [253].

8 Cf. *A Luta pela Imortalidade*, in *op. cit.*, p. 283 [72].

9 Cf. *ibidem*, p. 279 [65].

10 Cf. *ibidem*, p. 279 [66].

11 Cf. *ibidem*, p. 280 [67].

significar que a livre obediência do homem à lei de Deus implica, de facto, a participação da razão e da vontade humana na sabedoria e providência divina¹². Por exemplo, Marciano Vidal afirma que se devia vencer esta suspeição de *heteronomia*, afirmando que a moral brota da realidade, enquanto integrada num projeto de Deus e enquanto tem de ser assumida pela livre e consciente atuação do homem. A moral não pode ser concebida como uma luta entre a «liberdade humana» e a «lei de Deus», entendimento que foi típico entre os moralistas casuístas que solucionaram os problemas da dúvida de consciência por meio dos chamados sistemas de moral¹³.

Assim, como afirma Leonardo Coimbra na sua obra *Luta pela Imortalidade*, a vontade amante será uma espécie de caridade participativa do Ato de Amor do próprio Deus, porque uma vontade boa segue o desenvolvimento intelectual no intento do ser e da compreensão completa, que só existe de forma plena no ato irrestrito de Deus que é o sumo Bem. A autonomia significa escolha e opção, mas isso não é garantido pela ética formalista do imperativo categórico, fundada na hipótese abstrata de uma lei apriorística, porque, como explica o pensador criacionista, ou essa lei seria diferente da vontade e, nesse caso, a sua ação seria heterônoma, ou a lei seria a própria vontade e o seu carácter formal haveria de enclausurá-la fora de toda a verdadeira ação social¹⁴. A moral sistemática e abstrata formula normas para os atos e não para as pessoas e é comparada por Leonardo Coimbra às tábuas da Lei do deserto do Antigo Testamento, que não têm a ternura do olhar atento e misericordioso de Jesus Cristo. À moral da Lei, opõe-se a moral do Espírito.

Na sua reflexão acerca da possibilidade de uma perspectiva que supere as posições dicotômicas entre autonomia e teonomia e que supere o pressuposto de um princípio Absoluto como negação da liberdade humana - questão que se apresenta insolúvel, por exemplo, para o agnosticismo metafísico de Sartre, em que a autonomia do ser humano se reconhece na liberdade que experimenta ao comprometer-se nas circunstâncias concretas do mundo e da vida pela relação de interdependência com os outros seres e na qual se origina a responsabilidade moral -, Luís de Araújo defende que é no domínio interior, donde procede a intransferível e originária ipseidade (autenticidade pessoal) e donde se fazem as escolhas responsáveis das obrigações morais, que o ser humano poderá encontrar o vínculo a um Juiz Supremo a quem terá de responder pelos seus atos, mas essa ligação a uma instância sobrenatural é sempre consequência da sua humana liberdade da vontade¹⁵.

Quer tenha de tomar posição apenas perante os outros ou também perante Deus, é sempre o *ethos* ou o carácter do indivíduo, que determinará essa tarefa moral, em plena liberdade. Mediante o empenho lúcido e sincero da sua personalidade, o indivíduo testemunhará ante si mesmo a autenticidade da sua própria vida e manifesta-a no seu comportamento em tranquilidade e

12 Cf. *Veritatis Splendor*, Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1994, n.º 41.

13 Cf. *Veritatis Splendor*, Comentário Teológico-Moral por Marciano Vidal, in *op. cit.*, p. 174.

14 Cf. Leonardo Coimbra, *A Luta pela Imortalidade*, in *op. cit.*, p. 281 [68].

15 Cf. Luís de Araújo, *Ética*, pp. 240-241.

segurança, porque reconhece que o dever está em si mesmo e não fora de si¹⁶. A responsabilidade moral tem um caráter eminentemente pessoal e constitui-se na facticidade de cada vida, que comporta a circunstância da presença do outro¹⁷. No processo dinâmico da identidade estrutural, emerge, simultaneamente, uma abertura ao mundo e aos outros, sob o primado da ação, e uma irrecusável dimensão solipsista, mas, para que a autenticidade existencial corresponda ao *dever-ser*, tem de ultrapassar o plano da sensibilidade de onde irrompe para alcançar a plena dimensão moral, através do reconhecimento racional de que exprime uma profunda intenção ética¹⁸, processo que exige um esforço permanente na dinâmica do progresso humano cuja finalidade absoluta se traduz em alcançar uma perfeita felicidade¹⁹.

As normas éticas encerram um valor dinâmico, criacionista²⁰, e só nesse âmbito se pode falar de um debate em torno do progresso moral, que não se mede pelo saber moral em conceitos e normas, porque a moral estará sempre num mesmo nível transcendental que significa “a opção pela vida espiritual universalmente fraterna”²¹, mas que se mede pelo melhor ou menor acordo dos valores, o que só é possível pela recriação histórica dos princípios éticos fundamentais.

Pela sua preocupação de universalidade contra os subjetivismos e relativismos morais, a doutrina moral de Leonardo Coimbra, se, por um lado, rejeita, naturalmente, a teoria da heteronomia, por outro lado, também não aceita a teoria oposta de absoluta autonomia e total subjetividade, pelo que se aproxima da tese moderada da autonomia teônoma, defendida por alguns sectores do pensamento ético cristão, a qual não abdica do conceito clássico da «lei natural», apresentado pela moral teológica, segundo a qual nos abrimos à ordem moral objetiva pela nossa razão, luz com a qual discernimos o bem e o mal. A lei moral chama-se «natural», porque é a razão constitutiva da própria natureza humana, que a dita, configurando-se, assim, como uma participação da lei eterna na criatura racional²².

Nesta perspetiva, tal como vem enunciado no antigo Testamento, a razão é iluminada pela Revelação divina e pela fé, em virtude da lei que Deus outorgou ao povo eleito, a começar pelos mandamentos do Sinai. Mas também neste contexto, as normas morais ou os princípios que determinam as ações humanas com vista à prática do bem e da justiça e com vista à felicidade da comunhão com o divino, não se estabelecem de forma estática e definitiva. A lei natural e antiga é completada e aperfeiçoada pela lei nova ou lei interior, que é a lei de perfeição e de liberdade ou a lei do espírito, no sentido dinâmico descrito por Leonardo Coimbra, o que significa uma recriação histórica dos mesmos princípios morais divinos.

Assim, enquanto inscrita na natureza racional da pessoa, a lei natural impõe-se

16 Cf *ibidem*, p. 241.

17 Cf. *ibidem*, p. 242.

18 Cf. *ibidem*, p. 244.

19 Cf. *ibidem*, p. 247.

20 Cf. Leonardo Coimbra, *A Luta pela Imortalidade*, in *op. cit.*, p. 282 [71].

21 *Loc. cit.*

22 Cf. *Veritatis Splendor*, n.º 42.

universalmente a todo o ser dotado de razão, favorecendo a dignidade da pessoa humana e pondo a base dos seus direitos e deveres fundamentais, sem se opor à singularidade dos seres humanos e à irrepetibilidade de cada pessoa. A imutabilidade desta lei é hoje posta em dúvida pelas teorias relativistas e pela importância dada ao dinamismo da historicidade e da diversidade cultural, no entanto é justificada pela existência no ser humano de elementos estruturais permanentes, ou transcendentais como diz Kant, que estão acima das variações históricas e culturais²³.

3. Para uma ética do dever ou do bem, fundada na razão formal, na interioridade pessoal, ou no bem absoluto de Deus?

Como salienta Luís de Araújo, para Kant as normas morais só possuem força imperativa e apenas se constituem como uma obrigação válida para todos os seres humanos, se não dependerem de fatores arbitrários cuja validade seja aceite por uns e recusada por outros e, por isso, o carácter prescritivo da moral tem de ser oriundo daquilo que é comum a todos, ou seja tem de provir da razão²⁴. Para Leonardo Coimbra esta argumentação acerca da autonomia da vontade, cuja exigência de agir moralmente advém do incondicionado da razão, não está em causa, acrescentando, contudo, que não se trata de uma razão formal nem de uma razão estritamente humana, mas sim de uma razão pessoal que está em íntima cumplicidade com a experiência e que participa do próprio dinamismo da razão cósmica e da razão divina, Princípio criador e providencial de toda a realidade. Assim a partir da relação com o desenvolvimento científico e filosófico, apontado como pressuposto metodológico, em que termos se situa a fundamentação ética de Luís de Araújo em relação a esta questão da razão livre e da autonomia da vontade?

Poderemos afirmar que Luís de Araújo se situa entre os autores que, na sequência do movimento iluminista, com destaque para Kant, procuram uma legitimidade para o pensamento ético de índole universal, mas desprovido de referência à transcendência divina, enraizado na faculdade racional, ponto de apoio inabalável capaz de determinar a validade de todas as regras para a existência e que é comum a todos os seres humanos? Pertencerá este autor ao número daqueles que pretendeu transformar as certezas da crença em certezas do saber pela necessidade de submeter a exame racional todos os pressupostos de um pensamento ético construído sobre a fé na transcendência divina? Concordará o autor com a tese de que Deus e os valores transcendentais configuram uma visão do mundo discutível e que exige a resolução de algumas aporias, tais como a demonstração da existência de Deus, o conhecimento da sua natureza e vontade, a verdadeira interpretação da revelação, a pluralidade de religiões e a noção da fé como critério de verdade? E se sim, significará isso o abandono da noção de Deus como princípio de fundamentação ética e fim da ação moral²⁵?

23 Cf. *ibidem* n.º 44-45

24 Cf. Luís de Araújo, *Ética*, p. 91.

25 Cf. *ibidem*, p. 54-55.

Podemos já adiantar que o autor recusa as posições de heteronomia moral e defende que a fundamentação da ética tem de ser feita pela crítica racional de forma a evitar arbitrariedades e fanatismos que conduzam ao caos moral e ao irracionalismo²⁶, mas partimos para o trabalho de resposta mais detalhada a estas questões, partilhando com a reflexão de Bernard Lonergan, acerca da relação entre o sujeito cognoscente e agente, as seguintes noções: a) na inquirição humana está implícito um desejo natural de conhecer Deus pela sua essência; b) no juízo humano acerca das coisas contingentes está implícito o formalmente incondicionado, que é Deus; c) na escolha humana dos valores, está implícito o bem absoluto, que também é Deus²⁷. No mesmo sentido, como afirma José Luís Aranguren, recusando a posição kantiana que substituiu a tradicional ética do bem pela ética do dever, na plenitude da sua verdade e liberdade, Deus é a plena felicidade e o Bem do homem²⁸, pelo que não pode deixar de ser o princípio fundante da Ética.

Os textos que analisamos não nos permitem dizer que Luís de Araújo identifique o fundamento da ética e a felicidade, a que o homem aspira, com o Bem supremo divino, deixando essa possibilidade como uma hipótese que depende da valoração e das convicções religiosas de cada pessoa, esclarecendo que essa posição não tem de estar em necessária contradição com a autonomia da vontade e a liberdade humana. Tentando preservar uma certa neutralidade em relação a esta questão, explica o autor que o fundamento da ética não pode ser de natureza estritamente religiosa, não só porque a existência de várias religiões não prova por si a sua validade plena, mas porque neste plano tudo se passa a partir da experiência subjetiva da crença na existência de Deus e na revelação da sua Vontade, experiência que não é comum a todos os seres humanos²⁹. Mas admite identificar a Felicidade com o Supremo Bem no plano ético, se a ideia de Felicidade não se reduzir à mera fruição subjetiva do prazer, do hedonismo utilitarista, o que implica a consideração de um princípio absoluto da pessoa humana como fim da moralidade³⁰, quer na atitude contemplativa teórica, de Aristóteles, quer na realidade cristã transcendente do *amor intellectualis Dei*, de Espinosa³¹.

Para evitar a moralidade como um mero facto sociocultural de índole relativista Kant vai procurar uma ética de natureza *a priori*, fundada unicamente na razão, ordem não empírica comum a todos os homens, mas Luís de Araújo não aceita este princípio categórico universal e incondicional, porque é de essência formal e prescinde de exprimir o conteúdo concreto das ações, não prestando a devida atenção aos valores que orientam a conduta³². Neste sentido, podemos concluir que o autor se afasta do carácter legalista e formal da razão prática de Kant para sugerir

26 Cf. *ibidem*, p. 61.

27 Cf. Bernard Lonergan, *Collected Works of Bernard Lonergan*, n.º 4, - *Papers by Bernard Lonergan*, Edited by Frederick E. Crowe and Robert M. Doran, Toronto: University of Toronto Press, 1992, p. 228 -230.

28 Cf. José Luís Aranguren, *Ética*, p. 155.

29 Cf. *ibidem*, p. 204.

30 Cf. *ibidem*, p. 216.

31 Cf. *ibidem*, p. 248.

32 Cf. *ibidem*, p. 204-205.

uma *nova razão prática* que, através da noção de uma intersubjetividade dialogante inseparável de uma responsabilidade solidária, aproxime o dever e a felicidade em que a exigência de universalidade não colide com a autonomia do sujeito moral, livre e criador de valores, radicado na situação circunstancial da existência³³. É difícil articular a ética kantiana com a realidade concreta da vida humana³⁴.

Em relação a esta questão da dificuldade de se fundamentar racionalmente uma ética universal, que seja cívica e humanista e que atenda à relação entre a solidariedade comunitária e uma prévia fundamentação ontológica e antropológica, Xavier Zubiri afirma que o dever não está desligado do ser, pelo que as ideias, os pensamentos, os bens, os valores e os deveres, são ideias, pensamentos, valores e deveres do ser. Nem o bem está para além do ser, como pretendia Platão, nem está aquém do ser, como pretendia Kant, ao considerar que a única coisa verdadeiramente boa seria a *boa vontade*. No mesmo sentido de recusa de uma ética voluntarista, partilhamos com São Tomás de Aquino a noção de que a razão de amar a Deus reside no facto de que Deus é o bem do homem e não reside no facto de Deus nos mandar amá-lo³⁵.

Importa, pois, insistir na pergunta: a ética de Luís de Araújo é uma ética do bem ou do dever? Na sequência do já anteriormente analisado, podemos afirmar que o autor defende que toda a ação humana terá de evidenciar um valor moral alicerçado num critério de moralidade universal e apoditicamente válido, isto é, que se apresente como via de acesso à plenitude do Bem³⁶ e, neste sentido, partilha com Paul Ricoeur a recusa em aceitar a perspectiva kantiana de separação entre o dever e a busca de satisfação, de bem-estar e felicidade, que as ações humanas pretendem atingir na condição finita da sua existência³⁷. Para que a noção de Felicidade não permaneça encerrada na sua dimensão abstrata, é necessário estabelecer a sua articulação com a História no sentido das experiências humanas que visam transformar a realidade de forma a coincidir com os ideais mais elevados que a consciência moral tende a afirmar como universalmente válidos³⁸.

4. O agir humano na sua estruturação antropológica: a escolha dos valores, a autonomia do sujeito e a realização pessoal

Na sua obra *Ética*, editada em 2010 pela INCM, Luís de Araújo, depois de apresentar o sentido existencialista da reflexão ética e depois de propor a metodologia interdisciplinar para uma Ética que é inseparável da Filosofia, apresenta a necessidade dessa Ética para a consolidação de um humanismo alicerçado na liberdade, na justiça e na bondade e para a atribuição de sentido a uma vida penetrada pelo trágico injustificável da finitude e do absurdo. A Ética é necessária para

33 Cf. *ibidem*, p. 68.

34 Cf. *ibidem*, p. 217.

35 Cf. Xavier Zubiri, *Sobre el Hombre*, Madrid: Alianza Editorial, 1986, p. 380-385.

36 Cf. Luís de Araújo, *Ética*, p. 193.

37 Cf. *ibidem*, p. 236.

38 Cf. *ibidem*, p. 248.

estabelecer a fronteira entre o bem e o mal, justificando-se de forma proporcional ao recurso que cada indivíduo faz dela para alcançar a expressão da sua autonomia, mediante uma vontade racional e livre, que cria e aceita valores, os quais lhe facultarão o sentido mais profundo da sua realização pessoal³⁹.

Consideramos que o grau de autonomia do sujeito é tanto maior quanto mais elevado for o seu grau de estar desperto ou atento, estar ativamente inteligente e ativamente racional, e estar ativamente responsável e livre nas deliberações e decisões que toma. O ser do sujeito é o devir. O Si mesmo que hoje somos não é numericamente diferente do Si mesmo que éramos quando crianças ou adolescentes, mas é qualitativamente diferente. É no momento em que sabemos distinguir entre o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, que alcançamos um grau de liberdade e de responsabilidade que nos faz responsáveis perante a lei.

Neste sentido, os atos, as decisões, as descobertas afetam mais profundamente o sujeito do que os objetos em que incidem⁴⁰. Considerando a distinção essencial aristotélica entre o fazer ou *poiesis*, que se refere à produção, fabricação (atividade centrada no objeto) e o agir ou *praxis*, que se refere à ação humana (atividade centrada no sujeito), situamo-nos no plano da ação humana, no sentido do comportamento consciente ou de uma atividade dirigida por uma intencionalidade, isto é, orientada por valores com vista à realização de um fim⁴¹. Estas ações e decisões acumulam-se como disposições e hábitos do sujeito, determinando-o e fazendo dele o que ele é e o que será. Deste modo, o Si mesmo, vai-se fazendo de forma deliberada num sentido em que a autonomia decide o que deve ser a autonomia. O contrário deste autocontrole consciente e deliberado é a deriva de quem ainda não se encontrou a si mesmo, ainda não descobriu a sua mente, a sua ação e a sua vontade autônoma, contentando-se em pensar e dizer o que os outros pensam e dizem, em fazer o que os outros fazem e em escolher o que todos os outros escolhem⁴².

Apesar desta autonomia conquistada, não podemos planejar completamente o futuro, não podemos dominar inteiramente o nosso ambiente ou as influências que sobre nós atuam, não podemos explorar inteiramente os nossos mecanismos inconscientes e pré-conscientes. O nosso caminho é na noite e o nosso controlo é apenas irregular e aproximado, pelo que temos de crer e confiar, de arriscar e ousar. Isto significa, que no processo crescente de autonomia do sujeito, o ponto crítico nunca é transcendido nesta vida. As resoluções de hoje não predeterminam a livre escolha de amanhã. O que se conseguiu é sempre precário e pode esvanecer-se, exigindo um contínuo esforço de expansão e aprofundamento, na construção da dignidade de si mesmo e na criação de uma sabedoria de vida capaz de afrontar o erro, a injustiça, a desordem e a violência, num compromisso, a seu tempo antropológico e axiológico, de melhor compreender e transformar a

39 Cf. *ibidem*, p. 20.

40 Cf. Louis Lavelle, *Traité des Valeurs*, Paris: PUF, 1951, p. 7-10.

41 Recordemos que à reflexão ou estudo sobre os valores, a filosofia dá o nome de *Axiologia*: o termo grego ‘axios’ (αξιό) indica o que é precioso, digno de ser estimado e o verbo ‘axion’ (αξιων) significa apreciar.

42 Cf. Bernard Lonergan, *Collected Works*, n.º 4, p. 223.

existência⁴³.

A ética vai-se desenvolvendo na autoaprovação dos valores que constituem a base de todo o agir lúcido e corajoso, na tensão entre a abertura jovial do amor à vida e a obediência ao sentido de responsabilidade solidária, capaz de dominar os desvios que destroem a liberdade e atraíam a justiça. Afirma Luís de Araújo que para agir no tempo precário e frágil que cada ser humano assume como legado enigmático e para encontrar respostas para a densa problemática das finalidades da existência, não é suficiente uma reflexão analítica e descritiva, mas é necessária uma meditação prescritiva aberta ao mundo dos valores⁴⁴.

Perante o trágico escândalo da finitude e do mal é necessário encontrar uma orientação racional para a existência, recorrendo à Filosofia como sabedoria fundamental de vocação ética, não se podendo limitar à atividade cognoscitiva e à construção da ontologia e da metafísica. Definindo a Ética como o estudo da moralidade do agir humano, Luís de Araújo considera que, como ponto de partida deve examinar-se a dimensão antropológica do agir para depois se refletir sobre a estrutura ética da existência humana através de uma fenomenologia existencial que apresente os traços característicos do sujeito ético⁴⁵. Citando Ortega Y Gasset, o autor apresenta a necessidade da reflexão ética, como resposta à vital perplexidade e angústia com que o sujeito enfrenta a pluralidade de problemas que decorrem da radical insegurança de existir. Na permanente abertura ao possível, todos os seres humanos procuram construir o sentido da sua integração no tempo, assumindo a condição de contingência e finitude no seio de circunstâncias que se apresentam como um desafio urgente a resolver⁴⁶.

O encontro entre a liberdade e a responsabilidade dá-se na passagem de uma simples relação antropológica de estar-no-mundo e estar-com-os-outros, entre seres que se estranham, para uma relação ética, em que o encontro com o outro já não é de mero reconhecimento analógico individual ou em grupo, mas é de comunicação pessoal que implica atuação de natureza axiológica: é na plena intersubjetividade que, quanto a nós, ocorre e se explicita a dimensão ética do agir humano, na medida em que a vontade de cada ser humano, após prévia reflexão em torno das possibilidades, dos motivos, dos valores, dos fins e das consequências de agir neste ou naquele sentido, se confronta forçosamente com o que significa decidir e agir retamente⁴⁷.

A dimensão ética do agir fundamenta-se na relação intersubjetiva, em que os sujeitos se assumem como consciências da liberdade de opção, decisão e ação, traçando o seu estatuto de pessoas. Para Luís de Araújo, a intersubjetividade conduz-nos à experiência da liberdade e da responsabilidade moral e conduz-nos à consideração da condição dos seres humanos religiosos, no

43 Cf. Luís de Araújo, *Ética*, p. 20.

44 Cf. *ibidem*, p. 21.

45 Cf. *ibidem*, p. 23.

46 Cf. *loc. cit.*

47 *Ibidem*, p. 24.

caso de nos importar a experiência da responsabilidade moral perante o seu valor Absoluto⁴⁸.

5. O contributo da filosofia moral na formulação dos princípios da ação: a arte de viver com o objetivo do bem comum e do ideal de justiça

Depois de caracterizar o agir humano sob a perspectiva antropológica, Luís de Araújo apresenta a necessidade de uma filosofia moral para a formulação dos princípios de ação com o objetivo de definir uma arte de viver que se traduza socialmente no esforço para o bem comum e na concretização de um ideal de justiça.

Ao dar-se conta da sua existência, o ser humano experimenta a perplexidade da sua condição contingente e finita, sentindo necessidade de lhe dar um significado e sentido. O encontro com a vida, que se apresenta, ao mesmo tempo, como o despertar de uma esperança e um desafio face ao desconhecido, implica uma interminável procura de respostas para questões essenciais. O caminho próprio do ser humano é pensar a vida⁴⁹. Pensar a vida é a essência da Filosofia, cuja vocação ética se reconhece na necessidade de avaliação dos diversos modos de comportamento da ação humana. Enquanto os atos de intelecção especulativa se ocupam de nos levar ao conhecimento do ser, os atos de intelecção prática ocupam-se de nos levar à produção do ser. O seu objetivo não é o que é, mas o que há que fazer.

Pensar sobre o fundamento e o valor do agir é o esforço por compreender a vida humana na sua integralidade com o fim do aperfeiçoamento pessoal. Assim, para Luís de Araújo, a reflexão ética tem como objetivo propor as vias de acesso à realização da liberdade racional, no reconhecimento de que o ser humano se encontra abandonado à necessidade de se realizar por si mesmo⁵⁰. Como tal, é preciso analisar as circunstâncias da sua conduta e fazer uma análise crítica da experiência interior dos valores e dos ideais em que se consolida o projeto de uma existência liberta de alienações e orientada para uma ordem justa, porque só se podem considerar verdadeiramente livres, os atos que não ocorrem por mera rotina sensível e que podem ser explicados através uma integração superior por parte da inteligência. Para além da consciência experimental e intelectual ou indagadora, só somos racionalmente autoconscientes quando nos interessamos pelas razões dos nossos próprios atos e isso ocorre quando examinamos o objeto e investigamos os motivos de um caminho possível de ação⁵¹.

A Ética é um guia para a atividade humana, pressupondo uma experiência de relação entre a liberdade e a responsabilidade numa perspectiva de efetiva autonomia da vontade de acordo com uma hierarquia de valores previamente estabelecida. A reflexão ética constitui-se como uma denúncia de tudo o que instrumentaliza o ser humano e o priva de autonomia e liberdade

48 Cf. *ibidem*, p. 25.

49 Cf. *ibidem*, p. 29.

50 Cf. *ibidem*, p. 30.

51 Cf. Bernard Lonergan, *Collected Works of Bernard Lonergan - Insight: A Study of Human Understanding*, Edited by Frederick E. Crowe and Robert M. Doran, Toronto, University of Toronto Press, 1997, p. 632-634.

responsável, e constitui-se como uma sabedoria para ensinar o homem a aceder a uma existência virtuosa no reconhecimento pela dignidade dos outros seres humanos. A liberdade do outro impõe respeito e comunicação, estabelecendo o encontro interpessoal que se desenvolve no tempo e define o eixo da convivência social, estimulando o aperfeiçoamento de experiências de solidária responsabilidade comunitária.

Neste sentido, a Ética, enquanto sabedoria prática, caracteriza-se por um esforço reflexivo de discernimento dos fundamentos da ação humana, ou seja, dos seus conteúdos e significado, preocupando-se com a formação do carácter das pessoas para que a existência humana não se reduza a um conjunto de relações utilitaristas⁵². E por isso, o saber ético, para além de especulativo, é normativo, procurando motivos superiores para orientar as atitudes, privilegiando os meios e os fins, bem como as situações em que se dá a realidade humana. Esta atenção à situação concreta dos homens e aos valores exige o contributo da antropologia e da axiologia.

Face à pluralidade de valores com que o homem se confronta, a livre tomada de posição na construção da ação, defronta-se, por vezes, com a necessidade de sacrificar uns valores em relação a outros, de acordo com a sensibilidade axiológica e a circunstância que a motiva. A configuração do nosso carácter depende dos valores que aceitamos e realizamos, traduzindo-se na tomada de consciência da correlação entre a liberdade e a responsabilidade. Trata-se de um processo vivido em solidão radical, em que a vivência da autoconstrução da nossa existência é intransferível, tornando-nos verdadeiramente autônomos. Os valores encerram uma dupla dimensão objetiva e subjetiva, porque traduzem o movimento do desenvolvimento civilizacional e, ao mesmo tempo, precisam do reconhecimento pessoal, transformando-os em convicções que visam o aperfeiçoamento da existência. Embora encerrem a relatividade da sua apropriação circunstancial pelo sujeito, situado numa época e num lugar, são eles que vão organizar as prioridades da ação. De acordo com esta perspectiva de Luís de Araújo, o sentido da autodeterminação humana, na justificação racional da *poiesis* existencial, dá-se na construção de uma hierarquia de valores, através desta relação dinâmica entre o sentimento, a razão e a vontade⁵³ e não através de um imperativo categórico e abstrato de ordem puramente racional.

6. A conformidade essencial do dever moral com a razão: a recusa da heteronomia e a afirmação da autonomia da vontade na ação da sua liberdade responsável

Na fuga à incerteza radical e na procura de legitimação dos fins a que se destina a ação, a fidelidade a si mesmo pressupõe uma contínua automedicação e autorresponsabilidade como forma de evitar a arbitrariedade do capricho e como modo de aspiração ao que é verdadeiramente bom. A Ética é uma reflexão sobre os valores que no contexto da ação real e concreta suscitam a adesão da vontade humana para proporcionarem, de forma livre, o aperfeiçoamento da existência individual e

52 Cf. Luís de Araújo, *Ética*, p. 31.

53 Cf. *ibidem*, p. 33.

social. Em sintonia com a autonomia da vontade de cada pessoa apenas se pode conceber a obrigação moral ou o dever desde que aceite livremente, isto é, desde que determinado pela razão pessoal⁵⁴.

Como vimos anteriormente, para Luís de Araújo, a obrigação moral não se reduz à complacência com a arbitrariedade dos desejos humanos, mas também não significa a mera conformidade com fórmulas heterônomas, determinadas por instâncias exteriores à consciência moral dos indivíduos. Neste sentido, partilha com Kant a noção de que é essencial à obrigação moral a conformidade com a razão. O dever moral não é uma mera obrigação social, mas consiste numa tomada de consciência pela qual a vontade individual se determina no exercício da sua liberdade, atuado de acordo com um fim valioso independentemente de constrangimentos exteriores⁵⁵.

Mas trata-se da conformidade com uma razão pessoal, na dinâmica concretude da histórica e progressiva existência humana, e não com uma razão formal, na estática esterilidade da clausura do vazio abstrato. O ser humano constrói-se a si mesmo, reconhecendo-se como pessoa, através da apreciação dos valores intuídos e através de modelos de comportamento ético que pressupõem um determinado conceito de bem moral e uma determinada ordenação hierárquica desses valores⁵⁶. A liberdade humana constitui-se na faculdade que o homem tem para se determinar para além das pulsões e dos interditos socioculturais. Desse modo, o indivíduo realiza-se como pessoa, não se limitando a um mero fragmento do cosmos sem dimensão ética⁵⁷.

Justifica o autor, sem esclarecer qual a sua posição, que essa liberdade de decisão é a razão da responsabilidade do ser humano face a si mesmo, face aos outros e, no caso dos crentes, face ao absoluto pessoal que é Deus. Como protagonista dos seus atos, o ser humano assume a consequência das suas atitudes, justificando e fundamentando as suas decisões em valores. Provocando a adesão da vontade, são os valores que orientam o comportamento pessoal, constituindo-se os projetos humanos, não como uma fatalidade, mas como algo que resulta de uma causalidade absolutamente livre: o homem tem de justificar as razões de agir, nas quais se tece a identidade moral. Ao assumir as suas opções, reconhecendo-se como autor dos seus atos e assumindo as consequências dos mesmos, o ser humano afirma-se como uma inteligência, uma sensibilidade e uma vontade: esta é a unidade dinâmica que traduz o seu *eu profundo*, em que liberdade e responsabilidade se entrecruzam de forma comprometida⁵⁸.

Ao explicar que a responsabilidade é uma experiência que surge por via da intersubjetividade, na relação com outros que se apresentam como veio de valorização e reconhecimento de nós próprios, Luís de Araújo acrescenta que também faz sentido considerar uma

54 Cf. *ibidem*, p. 34.

55 Cf. *ibidem*, p. 35.

56 Cf. *ibidem*, p. 36.

57 Cf. *ibidem*, p. 37.

58 Cf. *ibidem*, p. 38.

autoavaliação interior e considerar uma avaliação perante Deus, no caso dos crentes⁵⁹. Sem deixar de admitir a hipótese da experiência de Deus como fundamento da responsabilidade moral, o autor não deixa de sublinhar que é essencialmente perante os outros que se constitui a autêntica responsabilidade moral, porque só aí somos diretamente interpelados acerca do nosso comportamento⁶⁰. Na verdade, acrescentamos nós, mesmo no caso da interpelação divina, sendo íntima, não pode deixar de se concretizar pela mediação da alteridade na relação com os outros, pois também é aí que Deus se manifesta. A relação com o divino é mediada no dinamismo simbólico da sua ação criadora e redentora por via da realidade existencial do Universo e do Mundo.

O valor da ação humana exige a explicitação das razões de aceitação ou recusa das diversas opções, no âmbito da autodeterminação em que se reconhece a liberdade ontológica da condição humana, e no contexto desta relação entre a liberdade e a responsabilidade é necessário considerar também o aspeto da culpabilidade, que nasce da renúncia à exigência com que a consciência moral, enquanto poder de iniciativa e escolha, manifesta a ideia de um dever ser, provocando sofrimento nos outros. A culpabilidade está associada ao problema do mal, que em termos morais se traduz pelo ódio, injustiça, violência e sofrimento. A liberdade humana é uma experiência que pressupõe a possibilidade do mal, fruto do exercício do livre arbítrio ou da livre decisão da vontade e que, no entender de Luís de Araújo, para os crentes consiste na experiência do pecado e da ofensa a Deus e para os não-crentes consiste em algo que se contrapõe a um bem determinado, concebido como a justificação última do querer e do agir humanos, ou seja, que se contrapõe ao bem de ascender à plenitude ou à Felicidade⁶¹. Para os crentes, o bem último é Deus, para os não-crentes é a Felicidade plena a que o coração e a inteligência anseiam.

O mal, que depende da vontade humana, é aquilo que provoca a injustiça e que destrói a plena realização de cada ser humano, eliminando a sua autonomia fundamental e a sua dignidade. Neste sentido a educação deve ter como função o aperfeiçoamento da vontade com vista a uma autodeterminação responsável. Reside aqui a importância do dever: a obrigação moral e a promoção da virtude inibe a experiência do mal. O homem, não só pode formular juízos de valor, avaliando as ações como boas ou más, como pode prever as consequências das suas ações, desenvolvendo uma consciência ética responsável que estabeleça normas e valores para uma conduta moral em ordem à retidão de vida⁶², tornando-se indispensável para a promoção do bem comum a articulação entre Ética, Política, Economia, Ciência e Técnica⁶³.

7. Considerações finais: A Ética fundamenta-se na intersubjetividade humana e na razão, tendo como objetivo tornar a vida inteligível e propor como fim a felicidade

59 Cf. *loc. cit.*

60 Cf. *ibidem*, p. 39.

61 Cf. *ibidem*, p. 42.

62 Cf. *ibidem*, p. 43.

63 Cf. *ibidem*, p. 44.

A função da Ética é averiguar a legitimidade dos enunciados normativos e das decisões morais. A experiência moral, na sua concretude vital, precisa de ser justificada, precisa de se tornar inteligível. A função da ética é dar inteligibilidade à vida, propondo como fim do ser humano os bens da felicidade e da dignidade. É sua tarefa encontrar o critério de uma moral legítima para o agir humano em determinada época (particularidade) e dar sentido ético para a existência independentemente da identidade cultural (universalidade). Para Luís de Araújo, a fundamentação da Ética encontra-se na experiência da relação intersubjetiva, isto é, no diálogo entre os homens, assumindo-se como um saber acerca da retidão e da justiça, capaz de resistir ao drama cruel do mundo⁶⁴.

O saber é gnosiológico e ético, porque ao ser humano o que interessa é encontrar o sentido existencial da verdade e o sentido para a sua condição frágil e dramática. A partir da prévia determinação de uma hierarquia de valores, cada homem, no exame crítico da sua experiência íntima dos valores e dos ideais, toma consciência da sua liberdade e responsabilidade, propondo a si mesmo uma certa orientação para o agir⁶⁵. Isto significa que a Ética situa-se no plano da decisão pessoal e procura encontrar resposta para as questões «que devo fazer para ser coerente comigo mesmo?» e «o que é bom?». A Ética procura atingir a verdade moral, tendo como ponto de partida a distinção entre os juízos de facto e os juízos de valor, entre «o que é» e «o que deve ser». No juízo de valor acerca do que é bom ou mau, o ser humano tem consciência da sua autonomia.

Num tempo em que vontade divina já não aparece, de forma generalizada, como fundamento firme e inabalável para a legitimação ética, através da experiência religiosa e dos seus princípios socialmente obrigatórios para a ação humana, o problema moral encerra uma maior exigência. A normatividade já não está garantida pela universalmente partilhada crença religiosa num Deus e, por isso, já não se reduz à sua vontade inexorável, restando aos seres humanos a obediência e a submissão e restando a sua autonomia na recusa em obedecer (heteronomia)⁶⁶.

Apesar de muitos seres humanos continuarem a basear os paradigmas éticos numa ordem superior transcendente à realidade sensível, comunicada por meio da revelação, a fundamentação religiosa da Ética já não é para muitos, e já não é sequer para os crentes que, na recusa da heteronomia, exigem a apropriação pessoal e reflexiva das normas de ação. Com o Iluminismo a razão passou a ser, para muitos, a fundamentação da Ética. E mesmo para os crentes, sendo Deus o fundamento último, é necessária a mediação racional, sob pena de se reduzir a moral a um formulário de normas extrínsecas ao ser humano, a cumprir por mera obediência. As normas do agir não podem deixar de ter um fundamento racional, no reconhecimento de que o sujeito moral se constitui no plano de uma relação intersubjetiva de reciprocidade⁶⁷. A Ética fundamenta-se na responsabilidade face à presença do outro, alteridade que anuncia a igualdade e reciprocidade entre

64 Cf. *ibidem*, p. 50.

65 Cf. *loc. cit.*

66 Cf. *ibidem*, p. 53.

67 Cf. *ibidem*, p. 58.

os seres humanos, tornando possível a fraternidade e impedindo a violência⁶⁸.

Fundamentar a Ética é perguntar pelas razões que justificam a escolha de uns valores e não de outros. Da mesma maneira que é necessário perguntar pelas razões da fé, para que a experiência religiosa não seja uma alienação fideísta, é necessário perguntar pelas razões dos comportamentos morais, para que se possam denunciar arbitrariedades e irracionalismos que ponham em causa a liberdade, a justiça e a dignidade do homem⁶⁹. A justificação da normatividade moral deve ser garantida por um acordo racional, que, partindo da particularidade dos interesses individuais, os transcende para princípios justificados racionalmente, de dimensão universal, que propõem uma vida feliz na relação entre a liberdade e a responsabilidade e que em termos humanistas atuais se tem manifestado na reflexão em torno dos Direitos Humanos, da Liberdade e da Justiça⁷⁰.

O problema fundamental da Ética é construir a humanidade mediante uma sabedoria, que embora marcada pela consciência da precária condição humana, é capaz de propor verdades e razões que deem sentido ao drama da vida finita. O problema da fundamentação ética é construir uma sociedade consciente de que os seres humanos partilham diferentes ideias de vida, pelo que a sua ação não pode degenerar em dogmatismo e intolerância, mas tem de ser norteadada pela autonomia, o respeito e o diálogo. Só assim, será possível construir uma civilização personalista de participação responsável e solidária, capaz de construir um mundo justo e feliz. A fundamentação ética significa justificar racionalmente os valores e as normas morais para uma sociedade verdadeiramente humana em que todos se constituem atores de um mundo que zela pelo bem comum⁷¹.

Existentialist ethics of Luís Araújo: heteronomy to moral autonomy

Abstract: Human beings strive for intelligibility and sense in the absurd of evil. Ethics involve reflection on human action in constructing projects critical to authenticity and coherence between thinking, knowing and acting within the framework of the common good and happiness. We here put forward an ethics of good and not of duty, based upon the autonomy of personal and historical reason and not on formal abstract reasoning. These ethics rest on autonomy of will and inter-subjectivity and not on the heteronomy of instances external to a free and responsible conscience.

Keywords: Ethics; Happiness; Moral autonomy; Moral heteronomy; Values.

Data de registro: 31/05/2013

Data de aceite: 23/08/2013

68 Cf. *ibidem*, p. 61.

69 Cf. *loc. cit.*

70 Cf. *ibidem*, p. 68-69.

71 Cf. *ibidem*, p. 73.